



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.**

**PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA – PDT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.719.575/0001-69, com sede na SAFS - Quadra 02 - Lote 03 (atrás do anexo do Itamaraty), Plano Piloto - Brasília/DF, CEP: 70042-900, neste ato representado por seu presidente nacional, **CARLOS ROBERTO LUPI**, brasileiro, solteiro, administrador, portador da cédula de identidade nº: 036289023, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob nº 434.259.097-20, com endereço eletrônico: clupi@uol.com.br, com endereço na SAFS, s/nº, Quadra 2, Lote 3, atrás do Anexo Itamaraty, Plano Piloto, Brasília/DF, CEP: 70.042-900, vem, respeitosamente, por seus advogados *in fine* assinados, constituídos mediante instrumento procuratório que segue em anexo (**doc. 01**), perante Vossa Excelência, com fundamento no art. 102, §1º, da Constituição Federal, bem como nos dispositivos da Lei nº 9.882/1999, propor a presente

<b>ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR DE URGÊNCIA</b>
--

indicando com preceitos violados o direito à vida (art. 5º, *caput*, da CF/88) traduzido por uma “existência digna” (art. 170, *caput*, da CF/88); e o direito à saúde (art. 6º, *caput*, e 196, *caput*, da CF/88); e como ato do Poder Público causador da lesão, a omissão e a inércia do Governo Federal em garantir os insumos mínimos ao combate ao novo coronavírus, conforme será demonstrado nos tópicos a seguir alinhavados:



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

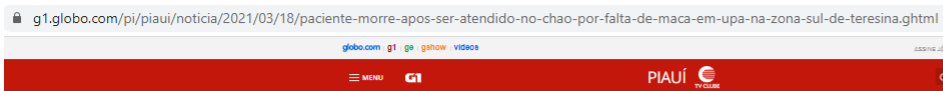
EXECUTIVA NACIONAL



## I. DO ESCORÇO FÁTICO.

Após um ano do irrompimento da pandemia do novo coronavírus, o Brasil continua a singrar os mares mortais e revoltos da COVID-19, sem ao menos ter um vislumbre de luz nessa jornada tormentosa. Nesse interstício, a população brasileira assistiu, incrédula, a condução genocida e ignóbil do Presidente da República, que insiste em entronizar o negacionismo e o obscurantismo em detrimento da ciência e da vida humana. Menoscabou-se a vacina, as medidas restritivas e os estudos científicos. Tudo isso com o cerne único e inabalável de satisfazer caprichos escusos e desejos de índole duvidosa.

Não bastasse a ausência de implementação de um plano de vacinação efetivo e a crise do oxigênio que colapsou Manaus, o Governo Federal continua a não dar a atenção necessária ao combate ao coronavírus, o que fez o Brasil atingir a amarga marca de 287.499 mortes em decorrência da COVID-19. Hoje, o Brasil encontra-se na iminência de um colapso geral na rede hospitalar pública e privada, especificamente em razão da ausência de leitos de UTI devido ao aumento exponencial da curva de contágio do novo coronavírus. Mas não é só. **Entidades, Municípios e Estados põem em alerta a iminência da escassez de insumos e medicamentos essenciais para a intubação, e oxigênio.** Confira-se:



## Paciente morre após ser atendido no chão por falta de maca em UPA na Zona Sul de Teresina

Fundação Municipal de Saúde afirmou que paciente chegou à unidade já em estado grave. Integrante da equipe de saúde relatou ao G1 que não havia equipamentos suficientes para o atendimento.

Por Julia Albuquerque e Lucas Marreiros, G1 PI  
18/03/2021 21h15 - Atualizado há 17 horas



1



2

<sup>1</sup> Disponível em: < <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2021/03/18/paciente-morre-apos-ser-atendido-no-chao-por-falta-de-maca-em-upa-na-zona-sul-de-teresina.ghtml> > . Acesso em 19 de março de 2021.

<sup>2</sup> Disponível em: < <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/03/4912087-falta-de-material-e-de-kits-intubacao-assusta-governadores-que-temem-colapso-total.html> > . Acesso em 19 de março de 2021.

oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/estoques-de-kit-intubacao-estao-em-niveis-criticos-podem-acabar-em-20-dias-em-diversos-estados-1-24930011

≡ O GLOBO SOCIEDADE

BUSCAR

ACESSE NO



Coronavírus

## Estoques de 'kit intubação' estão em níveis críticos e podem acabar em 20 dias em diversos estados

Problema ocorre no DF, PR, SC e PA aponta conselho das secretarias municipais de Saúde

G1

17/03/2021 - 21:22 / Atualizado em 17/03/2021 - 22:04



Newsletters



'Kit intubação' tem remédios para anestesia, sedação e relaxamento muscular Foto: Edilson Dantas / Agência O Globo

3

<sup>3</sup> Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/sociedade/coronavirus/estoques-de-kit-intubacao-estao-em-niveis-criticos-podem-acabar-em-20-dias-em-diversos-estados-1-24930011> > . Acesso em 19 de março de 2021.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



congressoemfoco.uol.com.br/saude/estados-enfrentam-falta-de-medicamentos-do-kit-intubacao-para-covid-19/

UOL HOST PAGBANK PAGSEGURO CURSOS UOL BUSCA

congressoemfoco Único veículo jornalístico do país premiado em 2019 no CANNES LIONS Respeitamos as diferenças

Eleições ▾ Radar do Congresso ▾ Podcast ▾ Atividade Parlamentar ▾ Covid-19 ▾ Opinião ▾ Congresso em F

Home > Saúde > Estados enfrentam falta de medicamentos do “kit intubação” para covid-19

Restaurantes Comunitários por R\$ 1,00  
Cartão Prato Cheio

## Estados enfrentam falta de medicamentos do “kit intubação” para covid-19

Por João Frey — Em 03 jun, 2020 - 12:45

Inscreva-se em  
Seu nome...

4

em.com.br/app/noticia/gerais/2021/03/19/interna\_gerais,1248346/hospitais-preveem-falta-de-medicamentos-essenciais-para-intubacao.shtml

Seções ESTADO DE MINAS Gerais

Anúncio fechado por Google

COLAPSO NA SAÚDE

## Hospitais preveem falta de medicamentos essenciais para intubação

Com avanço da COVID-19, escassez de remédios como sedativos já é considerada crítica e Ministério da Saúde requisita estoques da indústria para suprir o SUS

5

<sup>4</sup> Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/saude/estados-enfrentam-falta-de-medicamentos-do-kit-intubacao-para-covid-19/> > .Acesso em 19 de março de 2021.

<sup>5</sup> Disponível em: < [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/03/19/interna\\_gerais,1248346/hospitais-preveem-falta-de-medicamentos-essenciais-para-intubacao.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/03/19/interna_gerais,1248346/hospitais-preveem-falta-de-medicamentos-essenciais-para-intubacao.shtml) > . Acesso em 19 de março de 2021.

em.com.br/app/noticia/gerais/2021/03/17/interna\_gerais.1247801/bh-estuda-reutilizar-tubos-em-intubacao-de-pacientes-com-covid-19.shtml

Seções ESTADO DE MINAS Gerais

CRISE SANITÁRIA

## BH estuda reutilizar tubos em intubação de pacientes com COVID-19

Diante da falta de insumos, secretário de Saúde de BH, Jackson Machado, fez consulta à Anvisa sobre a possibilidade de re-esterilização de tubos endotraqueais

DL Déborah Lima  
17/03/2021 17:13 - atualizado 17/03/2021 19:05

COMPARTILHE f t w OUVIR



### MAIS LIDAS

1 20:10 - 18/03/2021 - Compartilhe f t  
Zema: 'se não fosse o tratamento precoce colapso já teria acontecido'

6

<sup>6</sup> Disponível em: < [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/03/17/interna\\_gerais.1247801/bh-estuda-reutilizar-tubos-em-intubacao-de-pacientes-com-covid-19.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2021/03/17/interna_gerais.1247801/bh-estuda-reutilizar-tubos-em-intubacao-de-pacientes-com-covid-19.shtml) > . Acesso em 19 de março de 2021.

noticias.r7.com/prisma/christina-lemos/falta-de-medicamentos-e-oxigenio-abre-nova-crise-na-saude-18032021

R7 CHRISTINA LEMOS | Falta de medicamentos e oxigênio abre nova crise na Saúde

## Falta de medicamentos e oxigênio abre nova crise na Saúde

Prefeitos pediram ao presidente e ao Ministério da Saúde providências para suprir a escassez de oxigênio e sedativos

CHRISTINA LEMOS | Do R7\*  
18/03/2021 - 16H31 (ATUALIZADO EM 18/03/2021 - 16H34)

COMPARTILHE:    

Ouvir: e oxigênio abre nova crise na Saúde - Prisma 0:00 áudio

 SumUp Total  
Peça agora a maquininha que combina com o seu negócio

 Peça já



A iminente falta de medicamentos básicos para intubação de pacientes graves por **covid-19** já se tornou o novo motivo de conflito entre Ministério da Saúde, prefeitos e governadores. Alguns desses

7

saude.estadao.com.br/noticias/geral,escassez-de-oxigenio-preocupa-estados-e-municipios-assessor-do-ministerio-fala-em-falta-perigosa,70003652884

ESTADÃO 

Saúde













## Escassez de oxigênio preocupa Estados e municípios; assessor do ministério fala em 'falta perigosa'

Minas Gerais e Acre pedem ajuda federal e Fortaleza teve de transferir pacientes; cidades chegam a fazer acordo para troca de cilindros

Priscila Mengue, O Estado de S.Paulo  
19 de março de 2021 | 05h00

DESTAQUES EM SAÚDE

8

<sup>7</sup> Disponível em: < <https://noticias.r7.com/prisma/christina-lemos/falta-de-medicamentos-e-oxigenio-abre-nova-crise-na-saude-18032021> > . Acesso em 19 de março de 2021.

<sup>8</sup> Disponível em: < <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,escassez-de-oxigenio-preocupa-estados-e-municipios-assessor-do-ministerio-fala-em-falta-perigosa,70003652884> > . Acesso em 19 de março de 2021.



exame.com/brasil/prefeitos-pedem-acao-de-bolsonaro-sobre-falta-de-oxigenio-e-kit-intubacao/

BRASIL

## Prefeitos pedem ação de Bolsonaro sobre falta de oxigênio e kit intubação

Prefeitos enviaram ofício pedindo que a União atue na compra de medicamentos ou redirecionamento de insumos para evitar cenas do colapso registrado em Manaus

Por **Estadão Conteúdo**

Publicado em: 18/03/2021 às 16h16

Alterado em: 18/03/2021 às 21h54

Tempo de leitura: 2 min



Utilizamos **cookies essenciais** e tecnologias semelhantes de acordo com a nossa **Política de Privacidade** navegando, você concorda com estas condições.

9

<sup>9</sup> Disponível em: < <https://exame.com/brasil/prefeitos-pedem-acao-de-bolsonaro-sobre-falta-de-oxigenio-e-kit-intubacao/>>. Acesso em 19 de março de 2021.



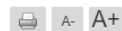
setorsaude.com.br/kit-intubacao-18-estados-estao-em-falta-ou-com-baixa-cobertura-de-bloqueadores-neuromusculares/

Política | 18 de março de 2021

## Kit Intubação: 18 estados estão em falta ou com baixa cobertura de bloqueadores neuromusculares

Fórum Nacional de Governadores pede ações em carta enviada a Bolsonaro

14  
Shares



10

Como se vê, a dificuldade de abastecer os estoques de oxigênio e dos insumos necessário à intubação é solar, de modo que diversos hospitais e entes federativos já explicitaram a preocupação sobre o risco de desabastecimento. Cite-se, inclusive, que algum dos gestores já alertaram que o estoque de analgésicos e bloqueadores musculares que permitem a intubação pode durar apenas mais 15 (quinze) dias, com a alta da demanda e da curva de contágio.

---

<sup>10</sup> Disponível em: < <https://setorsaude.com.br/kit-intubacao-18-estados-estao-em-falta-ou-com-baixa-cobertura-de-bloqueadores-neuromusculares/> > .Acesso em 19 de março de 2021.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



O quadro ora narrado atinge níveis alarmantes, especificamente quando hospitais em Belo Horizonte ventilam a possibilidade de reutilização dos tubos de intubação para poder salvar vidas. Frise-se, no ponto, que à maneira do que ocorreu em Manaus, o Governo Federal tem ciência do agravamento da situação, haja vista que além da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) ter enviado ofício ao Presidente da República e ao Ministério da Saúde requerendo providências para suprir a escassez dos referidos insumos, em audiência pública realizada no Senado, em 18 (dezoito) de março de 2021, o general Ridauto Lúcio Fernandes, assessor do Departamento de Logística do Ministério da Saúde, admitiu que o País está com risco iminente de desabastecimento em municípios do interior e alguns Estados. “A expectativa da falta perigosa desses produtos na ponta da linha, nos pequenos hospitais, é de poucos dias”, declarou.<sup>11</sup>

Em sendo esta a lamentável ambiência na qual estamos insertos, notadamente diante da lesão dos preceitos fundamentais apontados, faz-se necessário que este Egrégio Supremo Tribunal Federal continue a promover efetivo prestígio à vida e à saúde da população brasileira no decorrer da pandemia do novo coronavírus, com a consequente imposição de obrigação de fazer ao Poder Executivo Federal para que assegure esses direitos sacrossantos.

## **II. CONSIDERAÇÕES INICIAIS.**

### **II.I DA LEGITIMIDADE ATIVA E DA PERTINÊNCIA TEMÁTICA.<sup>12</sup>**

---

<sup>11</sup> Disponível em: < <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,escassez-de-oxigenio-preocupa-estados-e-municipios-assessor-do-ministerio-fala-em-falta-perigosa,70003652884> > Acesso em 19 de março de 2021.

<sup>12</sup> “Os Partidos Políticos, desde que possuam representação no Congresso Nacional, podem, em sede de controle abstrato, arguir, perante o Supremo Tribunal Federal, a inconstitucionalidade de atos normativos



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



Nos termos do artigo 2º, inciso I, da Lei nº 9.882/99, a legitimação ativa para a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental recai sobre os que têm direito de propor Ação Direta de Inconstitucionalidade, constantes do elenco do artigo 103 da Constituição Federal.<sup>13</sup> Os legitimados se dividem em dois grupos, a saber: aqueles que têm legitimidade universal e aqueles que a têm especial, que são obrigados a comprovar o liame entre o objeto impugnado e suas finalidades.<sup>14</sup>

Do primeiro grupo, fazem parte os seguintes órgãos ou autoridades: o Presidente da República; a Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; o Procurador Geral da República; o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; e partido político com representação no Congresso Nacional. Do segundo, fazem parte os seguintes órgãos ou autoridades: A Mesa da Assembleia Legislativa e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, o Governador de Estado e o do Distrito Federal e a confederação sindical ou entidade de classe no âmbito nacional.

O Partido Democrático Trabalhista (PDT), com representação no Congresso Nacional, é legitimado à propositura da presente ADPF, a teor do comando descrito no artigo 103, inciso VIII, da Constituição Federal de 1988. Em sendo um dos legitimados universais, não lhe é exigido demonstrar relação institucional com a matéria objeto de

---

federais, estaduais ou distritais, independentemente de seu conteúdo material, eis que não incide sobre as agremiações partidárias a restrição jurisprudencial derivada do vínculo de pertinência temática”. ADI nº 1.096/RS, Rel. Min. Celso de Mello.

<sup>13</sup> **Art. 103.** Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal; VI - o Procurador-Geral da República; VII - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII - partido político com representação no Congresso Nacional; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

<sup>14</sup> AGRA, Walber de Moura. **Aspectos controvertidos do controle de constitucionalidade**. Salvador: JusPodvim, 2008. P. 116.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



impugnação, pois o interesse genérico em preservar a supremacia da Constituição deflui das atribuições institucionais dos partidos políticos.<sup>15</sup>

## II.II DO CABIMENTO DA ADPF.

A arguição de descumprimento de preceito fundamental foi prevista na Constituição Federal, no artigo 102, §1º, e regulamentada pela Lei nº 9.882/1999. Seu objetivo maior é o de evitar o descumprimento de preceito fundamental, aumentando o grau de proteção jurisdicional. A sua origem está dentro do diapasão de garantir aos preceitos fundamentais plena eficácia, seja no seu aspecto positivo, seja no seu aspecto negativo.<sup>16</sup>

Para André Ramos Tavares, o termo “descumprimento” engloba a violação de norma constitucional fundamental por qualquer comportamento, ou seja, tanto pode descumprir a Constituição um ato normativo como um ato não normativo.<sup>17</sup> A Lei nº 9.882/1999 contemplou duas modalidades possíveis para o manejo da ADPF, a saber: a arguição autônoma, que representa uma típica modalidade de jurisdição constitucional abstrata, desvinculada de qualquer caso concreto; e a incidental, que pressupõe a existência de determinada lide intersubjetiva, na qual tenha surgido uma controvérsia constitucional relevante.

Conforme dispõe o *caput* do artigo 1º da Lei nº 9.882/1999, a arguição prevista no § 1º do art. 102 da Constituição Federal será proposta perante o Supremo Tribunal

---

<sup>15</sup> FLAKS, Milton. **Instrumentos processuais de defesa coletiva**. In: Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro, 190:I-III, p. 69, out./dez., 1992.

<sup>16</sup> AGRA, Walber de Moura. **Curso de direito constitucional**. 9. Ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. P. 703.

<sup>17</sup> TAVARES, André Ramos. **Curso de direito constitucional**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2011. P. 313.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



Federal, e **terá por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público**". Além do descumprimento de preceito fundamental, a Lei nº 9.882/1999 assevera que caberá a ADPF quando for relevante o fundamento da controvérsia sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, inclusive anteriores à Constituição. Para o seu cabimento, é necessário que estejam presentes os seguintes requisitos: a) lesão ou ameaça a preceito fundamental; b) um ato do Poder Público capaz de provocar a lesão; c) a inexistência de qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade. Estes três requisitos estão sobejamente configurados, conforme será demonstrado no corpo desta peça dilucular.

*In casu*, este Egrégio Supremo Tribunal Federal já entendeu ser cabível a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para impor ao Governo Federal uma obrigação de fazer no contexto da pandemia do novo coronavírus, sem que isso implique em acinte ao dogma da separação dos poderes (ADPF 756, sob a relatoria do Ministro Enrique Ricardo Lewandowski).

### II.III. DA LESÃO E AMEAÇA A PRECEITO FUNDAMENTAL. .

Preceito significa ordem, comando, prescrição, o que abrange o conceito de norma como gênero do qual defluem duas espécies: as regras e os princípios constitucionais.

<sup>18</sup> O segundo designativo indica a fundamentalidade do preceito, sua imprescindibilidade

---

<sup>18</sup> "Nos quadrantes do Direito, portanto, a noção de preceito ancora-se na ideia de 'ordem', 'comando', identificando-se, uma vez mais, com o sentido que se encontra tanto em regras quanto em princípios. Parece, pois, que 'preceito' engloba tanto as regras quanto os princípios. Assim, torna-se sinônimo de 'norma', no sentido empregado acima, insista-se, designativo das regras e princípios jurídicos". TAVARES, André Ramos. **Tratado de arguição de descumprimento de preceito fundamental**. São Paulo: Saraiva, 2001. P. 117.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



para o conjunto de normas que formam a Carta Magna. Para José Afonso da Silva, preceito fundamental não é a mesma coisa que princípio fundamental, obtendo um alcance mais amplo para abranger todas as prescrições que dão o sentido básico do regime constitucional, sintetizando as estruturas principais da Constituição e os alicerces precursores dos direitos fundamentais.<sup>19</sup>

Nota-se, com isso, que a lesão a preceito fundamental não se configurará apenas quando se verificar possível acinte a um princípio fundamental, tal como assente na ordem constitucional, mas também a disposições que confirmam densidade normativa ou significado específico a esse princípio. **Sustenta André Rufino do Vale que tendo em vista as interconexões e interdependências entre princípios e regras, não seria recomendável proceder-se a uma distinção entre essas duas categorias, fixando-se um conceito extensivo de preceito fundamental, abrangente das normas básicas contidas no texto da Carta Magna.**<sup>20</sup>

Dependendo da extensão dada ao mencionado instituto jurídico, ele pode se tornar um relevante instrumento para a garantia dos direitos fundamentais da sociedade, mormente quando não há nenhum sentido para interpretação restritiva do seu alcance, que abrangeria apenas os preceitos fundamentais. Mesmo diante da indefinição quanto à extensão do conceito, parece não pairar dúvidas de que cabe arguição de preceito fundamental contra afronta aos direitos e garantias fundamentais (arts. 5º ao 17 da CF/88), às cláusulas pétreas (art. 60, I ao IV da CF/88) e aos princípios sensíveis (art.

---

<sup>19</sup> SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 16. Ed. São Paulo: Malheiros, 1999. P. 559.

<sup>20</sup> VALE, André Rufino. **Estrutura das normas de direitos fundamentais: repensando a distinção entre regras, princípios e valores**. São Paulo: Saraiva, 2009.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



34, I a VII da CF/88), dentre outros contidos nas demais partes da *Lex Mater*, que deve ser interpretada como um todo sistêmico.

Frise-se que devem ser entendidos não apenas os preceitos explícitos, mas também os implícitos, que aumentam a eficácia do ordenamento jurídico. Se não fosse assim, a tutela dos direitos fundamentais restaria incompleta, e a jurisdição constitucional deixaria de auferir um importante elemento de legitimidade. **Conforme será demonstrado pormenorizadamente, os preceitos fundamentais vulnerados são: o direito à vida (art. 5º, caput, da CF/88) traduzido por uma “existência digna” (art. 170, caput, da CF/88); e o direito à saúde (art. 6º, caput, e 196, caput, da CF/88);**

#### II.IV DA OBSERVÂNCIA DO POSTULADO DA SUBSIDIARIEDADE.

O artigo 4º, §1º, da Lei nº 9.882/1999 é categórico quanto à vedação do ajuizamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.<sup>21</sup> Vale dizer, a ADPF somente poderá ser usada quando não houver mais nenhum mecanismo adequado para a garantia dos preceitos fundamentais, ou quando esses mecanismos não produzirem os efeitos desejados.<sup>22</sup> Da análise do preceptivo legal mencionado poderia parecer que somente

---

<sup>21</sup> Art. 4º A petição inicial será indeferida liminarmente, pelo relator, quando não for o caso de arguição de descumprimento de preceito fundamental, faltar algum dos requisitos prescritos nesta Lei ou for inepta. § 1º Não será admitida arguição de descumprimento de preceito fundamental quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade.

<sup>22</sup> “A mera possibilidade de utilização de outros meios processuais, no entanto, não basta, só por si, para justificar a inovação do princípio em questão, pois, para que esse postulado possa legitimamente incidir, revelar-se-á essencial que os instrumentos disponíveis mostrem-se aptos a sanar, de modo eficaz e real, a situação de lesividade que se busca neutralizar com o ajuizamento da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental” (ADPF nº 17/AP, Rel, Min. Celso de Mello).





PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



na hipótese de absoluta inexistência de qualquer outro meio eficaz de para afastar eventual lesão poder-se-ia manejar a arguição de descumprimento de preceito fundamental. No entanto, conforme preleciona Hely Lopes Meirelles, uma leitura mais cuidadosa há de revelar que na análise sobre a eficácia da proteção de preceito fundamental deve predominar um enfoque de proteção da ordem constitucional objetiva. Ou seja, se se considera o caráter objetivo do instituto, o meio eficaz de sanar a lesão parece ser aquele apto a solver a controvérsia constitucional relevante de forma ampla, geral e imediata.<sup>23</sup> ”

Para a verificação do cumprimento da subsidiariedade não basta a existência de mecanismos que combatam a lesão a preceito fundamental. É preciso indagar acerca da sua eficácia, da força e extensão do mecanismo, sendo referencial válido, para o uso do teste, haver no sistema judicial a possibilidade de sanar plenamente a lesão a preceito fundamental por outro mecanismo. Esclarece o Ministro Celso de Mello, que o princípio da subsidiariedade “não pode- nem deve- ser invocado para impedir o exercício da ação constitucional de arguição de descumprimento de preceito fundamental, eis que esse instrumento está vocacionado a viabilizar, numa dimensão estritamente objetiva, a realização jurisdicional de direitos básicos, de valores essenciais e de preceitos fundamentais contemplados no texto da Constituição da República. Se assim não se entendesse, a indevida aplicação do princípio da subsidiariedade poderia afetar a utilização dessa relevantíssima ação de índole constitucional, o que representaria, em última análise, a inaceitável frustração do sistema de proteção que a Carta Política institui em favor de preceitos fundamentais, de

---

<sup>23</sup> MEIRELLES, Hely Lopes. **Mandado de segurança e ações constitucionais**. 29. Ed. São Paulo: Malheiros, 2006. P. 501



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



valores essenciais e de direitos básicos, com grave comprometimento à própria efetividade da Constituição”.<sup>24</sup>

Isso dito, ressumbre iniludível que a pretensão ora deduzida nesta sede processual não encontra obstáculo na regra inscrita no artigo 4º, §1º, da Lei nº 9.882/1999, o que permite, satisfeita a exigência imposta pelo postulado da subsidiariedade, a admissibilidade da presente Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

### **III. DOS PRECEITOS FUNDAMENTAIS VIOLADOS.**

#### **III.I DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE**

A vida humana recebeu proteção reforçada da Constituição Federal de 1988, já que se configura como o bem mais importante do ordenamento jurídico. Como os cidadãos têm direito à vida, é assegurada a sua integridade física e psíquica, vedando-se a tortura e o tratamento degradante (art. 5º, III, da CF/88). Não por outra razão o Ministro Ayres Britto acentuou que “o desenrolar do tempo tem situado o gênero humano no centro do universo. Da proclamação que ‘o homem é a medida de todas as coisas’ (Protágoras) ao ‘cógito’ de René Descartes, passando pela máxima teológica de que todos nós fomos feitos à imagem e semelhança de Deus, o certo é que a pessoa humana passou a ser vista como portadora de uma dignidade inata. Por isso que titular do

---

<sup>24</sup> ADPF nº 187/DF, Rel. Min. Celso de Mello.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



inalienável direito de se assumir como é: um microcosmo: Devendo-se lhe assegurar todas as condições de busca da felicidade terrena”.<sup>25</sup>

Disso resulta que a Constituição Federal de 1988 amalgamou o direito à vida ao direito à existência digna (art. 170, *caput*, da CF/88), já que dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, sobressai o propósito de construir uma sociedade livre, justa, solidária e capaz de promover o bem de todos (art. 3º da Constituição Federal de 1988). Para tanto, deve-se assegurar, dentre tantos outros direito, o direito à saúde, previsto nos artigos 6º e 196 da *Lex Mater*.

O direito à saúde deve ser considerado conteúdo basilar da Constituição, consoante sua fundamentalidade material e formal. Pela sua fundamentalidade material, definido como direito fundamental, seu conteúdo apresenta um nível valorativo mais incrustado na sociedade, funcionando como invariável axiológica que contribui para sua efetividade. A importância desse diapasão provém da relevância do bem jurídico tutelado, a incolumidade corporal e psíquica dos cidadãos, requisito imprescindível para o desenvolvimento econômico da sociedade e implantação do *Welfare State*. Devido à sua fundamentalidade formal, ele é considerado mandamento constitucional, gozando das características da supremacia, da imutabilidade relativa e da supralegalidade, dotando-o de maior *status* na escala normativa.

Segundo Orlando Soares, o direito à saúde corresponde a um conjunto de preceitos higiênicos, referentes aos cuidados para com as funções orgânicas e às medidas de ordem preventiva em relação às doenças.<sup>26</sup> Significa o estado normal e o

---

<sup>25</sup> BRITTO, Carlos Ayres. **O humanismo como categoria constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2012. P. 20.

<sup>26</sup> SOARES, Orlando. **Comentários à Constituição da República Federativa do Brasil**. 12 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2006. P.863.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



funcionamento correto de todos os órgãos do corpo humano. Bertrand Mathieu afirma que o direito à saúde apenas pode ser concebido como a prerrogativa dos cidadãos receberem serviços que possam garantir sua integridade física e mental, ou seja, configura-se como um direito material que exige dos entes estatais prestações de natureza fática.<sup>27</sup> Na esteira do arremate do constitucionalista francês o direito à saúde não pode ser concretizado apenas com prestações jurídicas, necessitando que o Estado coloque à disposição serviços que possam garantir a saúde da população. Assim, na França, essa garantia, que é disciplinada ao lado do direito aos meios necessários à existência condigna, permite que o cidadão tenha resguardada sua incolumidade física e psíquica por um sistema de assistência a doenças que seja largamente acessível.<sup>28</sup>

O direito ora retratado, ultrapassa a vinculação com o direito à vida, que se encontra destituído de indicações valorativas, mormente, no mais das vezes, reduzido a constatação da produção de sinais vitais, para resguardar à proteção a integridade física, que engloba a saúde corporal e psicológica, bem como o direito ao desenvolvimento da personalidade. Não basta somente evitar que a pessoa humana seja acometida de doenças, mas também de igual importância se reveste seu papel de assegurar que o cidadão possa desenvolver todas as suas capacidades, de acordo com os objetivos que busca perseguir em sua existência. Essa prerrogativa se classifica como um direito de segunda dimensão, pois evolui da concepção individualista restrita dos direitos de primeira dimensão para uma concepção plurisubjetiva, focada no social, em que a

---

<sup>27</sup> MATHIEU, Bertrand. “**La Protection du Droit à la Santé par le Juge Constitutionnel. À Propos et à Partir de La Décision de la Cour Constitutionnelle Italienne**” n. 185 du 20 mai 1998. Les Cahiers du Conseil Constitutionnel. N. 6. 1999. Disponível em : [http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/root/bank\\_mm/pdf/pdf\\_cahiers/CCC6.pdf](http://www.conseil-constitutionnel.fr/conseil-constitutionnel/root/bank_mm/pdf/pdf_cahiers/CCC6.pdf) . Capturado em: 14/11/2008.

<sup>28</sup> GAY, Laurence. “Le Principe Constitutionnel de Protection de la Santé Peut-Il Être au Fondement d'une Liberté? In : **Renouveau du Droit Constitutionnel**. Mélanges en l'honneur de Louis Favore. Paris: Dalloz, 2007. P. 1580.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



atuação dos entes estatais se mostra imprescindível para a implementação do direito à saúde.

As posições jurídicas pelas quais se efetiva o direito à saúde, autorizam a falar em um dever estatal de proteção à saúde individual, mas também da pública, garantida inclusive pelas normas penais e de vigilância sanitária, no geral. A ideia de dever fundamental, nesse sentido, expõe o vínculo com o princípio da solidariedade, de modo que toda a sociedade se torna responsável pela proteção efetiva do direito à saúde de todos e de cada indivíduo, no exercício de uma responsabilidade compartilhada (*shared responsibility*)<sup>29</sup>, cujos efeitos se projetam no presente, mas também no futuro e nas futuras gerações. Nesse sentido, cumpre trazer à colação excerto do voto do Ministro Celso de Mello, por ocasião do julgamento da ADI 1.458/DF, a saber:

“O desrespeito à Constituição tanto pode ocorrer mediante ação estatal quanto mediante inércia governamental. A situação de inconstitucionalidade pode derivar de um comportamento ativo do Poder Público, que age ou edita normas em desacordo com o que dispõe a Constituição, ofendendo-lhe, assim, os preceitos e os princípios que nela se acham consignados. Essa conduta estatal, que importa em um *facere* (atuação positiva), gera a inconstitucionalidade por ação . - Se o Estado deixar de adotar as medidas necessárias à realização concreta dos preceitos da Constituição, em ordem a torná- los efetivos, operantes e exequíveis, abstendo-se, em consequência, de cumprir o dever de prestação que a Constituição lhe impôs, incidirá em violação negativa do texto constitucional. Desse non facere ou non praestare, resultará a inconstitucionalidade por omissão,

---

<sup>29</sup> CANOTILHO, J.J.Gomes. **O Direito ao ambiente como direito subjectivo**. In CANOTILHO, J.J.Gomes Estudos sobre Direitos Fundamentais. Coimbra: Coimbra, 2004, p.178.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



que pode ser total, quando é nenhuma a providência adotada, ou parcial, quando é insuficiente a medida efetivada pelo Poder Público”.<sup>30</sup>

Evidencia-se, na hipótese vertente, que a inapetência do Poder Executivo Federal em dar concretude aos mandamentos constitucionais e respeitar a vida humana poderá conduzir o Brasil ao colapso, diante da iminente crise de desabastecimento de insumos médico-hospitalares, em ordem a ocasionar a incidência do denominado **“estado de coisas constitucional”**.<sup>31</sup> Rememora-se, nesse ponto, que o Brasil encontra-se na iminência de um colapso geral na rede hospitalar pública e privada, especificamente em razão da ausência de leitos de UTI devido ao aumento exponencial da curva de contágio do novo coronavírus. Mas não é só. Entidades, Municípios e Estados põem em alerta a

---

<sup>30</sup> (STF - ADI: 1458 DF, Relator: Min. CELSO DE MELLO, Data de Julgamento: 23/05/1996, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 20-09-1996 PP-34531 EMENT VOL-01842-01 PP-00128)

<sup>31</sup> **Excerto do voto do Ministro Marco Aurélio, por ocasião do julgamento da ADPF 347:** “Há dificuldades, no entanto, quanto à necessidade de o Supremo exercer função atípica, excepcional, que é a de interferir em políticas públicas e escolhas orçamentárias. Controvérsias teóricas não são aptas a afastar o convencimento no sentido de que o reconhecimento de estarem atendidos os pressupostos do estado de coisas inconstitucional resulta na possibilidade de o Tribunal tomar parte, na adequada medida, em decisões primariamente políticas sem que se possa cogitar de afronta ao princípio democrático e da separação de poderes. A forte violação de direitos fundamentais, alcançando a transgressão à dignidade da pessoa humana e ao próprio mínimo existencial justifica a atuação mais assertiva do Tribunal. Trata-se de entendimento pacificado, como revelado no julgamento do aludido Recurso Extraordinário nº 592.581/RS, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, no qual assentada a viabilidade de o Poder Judiciário obrigar a União e estados a realizarem obras em presídios para garantir a integridade física dos presos, independentemente de dotação orçamentária. Inequivocamente, a realização efetiva desse direito é elemento de legitimidade do Poder Público em geral. Há mais: apenas o Supremo revela-se capaz, ante a situação descrita, de superar os bloqueios políticos e institucionais que vêm impedindo o avanço de soluções, o que significa cumprir ao Tribunal o papel de retirar os demais Poderes da inércia, catalisar os debates e novas políticas públicas, coordenar as ações e monitorar os resultados. Isso é o que se aguarda deste Tribunal e não se pode exigir que se abstenha de intervir, em nome do princípio democrático, quando os canais políticos se apresentem obstruídos, sob pena de chegar-se a um somatório de inércias injustificadas. Bloqueios da espécie traduzem-se em barreiras à efetividade da própria Constituição e dos Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos. Repita-se: a intervenção judicial mostra-se legítima presente padrão elevado de omissão estatal frente a situação de violação generalizada de direitos fundamentais. Verificada a paralisia dos poderes políticos, argumentos idealizados do princípio democrático fazem pouco sentido prático.”



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



iminência da escassez de insumos e medicamentos essenciais para a intubação, bem como oxigênio.

Não constitui demasia sublinhar que nos casos de omissão da Administração Pública em garantir os direitos fundamentais, o Poder Judiciário pode determinar que se adotem medidas concretas e assecuratórias dos direitos constitucionalmente reconhecidos, sem que essa postura implique em violação ao princípio da separação dos poderes. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. INTERPOSIÇÃO EM 25.09.2017. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. ESTRUTURAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS. EDUCAÇÃO INFANTIL. SEPARAÇÃO DOS PODERES. LIMITES DE ATUAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. RECURSO NEGADO. 1. **A decisão recorrida está de acordo com a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal que consolidou-se no sentido de que, nos casos de omissão da administração pública, é legítimo ao Poder Judiciário impor-lhe obrigação de fazer com a finalidade de assegurar direitos fundamentais dos cidadãos**, como é o caso dos autos, que trata da obrigação de promover obras e adquirir materiais necessários ao bom funcionamento de escolas públicas com a finalidade de garantir o acesso à educação infantil. 2. Agravo Regimental a que se nega provimento. (STF - AgR ARE: 679066 PE - PERNAMBUCO, Relator: Min. EDSON FACHIN, Data de Julgamento: 08/06/2018, Segunda Turma)

É de bom alvitre salientar, por derradeiro, que de acordo com o art. 21, inciso XVII, da Constituição Federal de 1988, compete à União planejar e **promover a defesa permanente contra as calamidades públicas**, especialmente as secas e as





PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



inundações. Ou seja, o mandamento constitucional é claro, escrito em bom vernáculo, no sentido de que o Poder Executivo Federal não pode se furtar a promover todos os meios necessários à salvaguarda da vida em situações excepcionais.

#### IV. DA MEDIDA LIMINAR DE URGÊNCIA.

Já não é novidade que o interstício temporal consubstanciado entre a instauração do processo e o proferimento de provimento definitivo apresenta demasiados percalços, em ordem a inviabilizar a efetiva realização de direitos. Para Fernando Horta Tavares, “o tempo teria um fluir vagaroso, que é incompatível com o virtuoso acesso à ordem jurídica justa”.<sup>32</sup> Existem situações em que o tempo utilizado para obtenção da certeza processual com a tutela final é tão grande que o próprio titular do direito terá sucumbido. Em outros casos, o jurisdicionado que buscou amparo no Poder Judiciário apenas observa inerte o perecimento do direito que buscou tutelar. Partindo dessas premissas, Marcelo Abelha assevera que o tempo é amigo da estabilidade da situação lamentada, no que quanto mais o processo demora para efetivar o resultado pretendido, tanto mais tempo permanecerá de pé a situação injusta, causando danos ao longo do seu curso.<sup>33</sup>

Desse modo, as situações de urgência precisam ser rapidamente debeladas, sob pena, de o risco que surge iminente deixar de ser abstrato e passar a ser concreto, tornando inútil e sem razão de ser uma proteção tardia. A teor do comando inscrito no §1º do artigo 5º da Lei 9.882/99, em caso de extrema urgência ou perigo de lesão

---

<sup>32</sup> TAVARES, Fernando Horta. Tempo e processo. In: TAVARES, Fernando Horta (Coord.). Urgências de Tutela: processo cautelar e tutela antecipada. Curitiba: Juruá, 2007. P. 111.

<sup>33</sup> ABELHA, Marcelo. **Manual de direito processual civil**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. P. 382.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



grave, ou ainda, em período de recesso, poderá o relator conceder a liminar, *ad referendum* do Tribunal Pleno.

*In casu*, a extrema urgência emerge no fato de que a ausência dos insumos mínimos necessários à intubação de pacientes contaminados pelo COVID-19, em seu estado mais grave, inexoravelmente conduzirá os referidos pacientes à morte. Outrossim, a quantidade de pacientes nesta situação se multiplica a cada dia, ceifando mais e mais vidas, em um infundável ciclo de perdas. O perigo de lesão grave é incontestado, porquanto na ausência dos referidos insumos, inúmeras vidas serão perdidas, de forma cruel e animal, privados de respirar em razão do descaso do poder público.

Portanto, postula-se, em caráter emergencial, o deferimento da medida de urgência para determinar ao Governo Federal que promova, imediatamente, todas as ações ao seu alcance para impedir e debelar a crise de desabastecimento dos insumos médico-hospitalares (oxigênio, medicamentos e material de intubação) nos Estados e Municípios, sem prejuízo da atuação das autoridades estaduais e municipais no âmbito das suas competências (ADI 6.341 e ADPF 672); que apresente a Este Egrégio Supremo Tribunal Federal um plano detalhado acerca das estratégias que está colocando em prática ou pretende desenvolver para o enfrentamento da situação de emergência que está na iminência de ocorrer; e que atualize o plano em tela a cada 48 (quarenta e oito) horas, enquanto perdurar a conjuntura excepcional.

## V. DOS PEDIDOS.

Pelo fio do exposto, requer a Vossa Excelência o seguinte: .



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



I) A admissibilidade da presente ADPF, ante a satisfação dos requisitos estampados na Lei nº 9.882/1999, máxime quanto à satisfação do postulado da subsidiariedade;

II) A concessão de **medida liminar** *ad referendum* do Plenário, nos termos do artigo 5º, §1º, da Lei nº 9.882/1999, para determinar ao Governo Federal que promova, imediatamente, todas as ações necessárias para impedir e debelar a crise de desabastecimento dos insumos médico-hospitalares (oxigênio, medicamentos e material de intubação) nos Estados e Municípios, sem prejuízo da atuação das autoridades estaduais e municipais no âmbito das suas competências (ADI 6.341 e ADPF 672); que apresente a Este Egrégio Supremo Tribunal Federal um plano detalhado acerca das estratégias que está colocando em prática ou pretende desenvolver para o enfrentamento da situação de emergência que está na iminência de ocorrer; e que atualize o plano em tela a cada 48 (quarenta e oito) horas, enquanto perdurar a conjuntura excepcional.

III) A adoção do rito do art. 12 da Lei nº 9.868/99, por analogia (neste sentido: ADPF 181, Rel. Min. Marco Aurélio; ADPF 627, Rel. Min Luís Roberto Barroso).

IV) A solicitação de informações à Advocacia-Geral da União, bem como a manifestação da Procuradoria-Geral da República, nos termos dos artigos 6º, *caput*, e 7º, parágrafo único, ambos da Lei nº 9.882/1999;

V) No mérito, que seja reconhecida a procedência desta ADPF, com a confirmação da medida liminar de urgência, caso seja deferida, reconhecendo-se a lesão aos preceitos fundamentais apontados.

Protesta, ainda, se necessário, pela produção de provas admitidas pelo artigo 6º, §1º, da Lei nº 9.882/1999.



PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

PDT – DIRETÓRIO NACIONAL

EXECUTIVA NACIONAL



Nestes termos, pede deferimento.

Brasília (DF), sexta-feira, 19 de março de 2021.

**WALBER DE MOURA AGRA**

OAB/PE 757-B

**IAN RODRIGUES DIAS**

OAB/DF 10.074

**MARA HOFANS**

OAB/RJ 68.152

**MARCOS RIBEIRO DE RIBEIRO**

OAB/DF 62.589

**ALISSON LUCENA**

OAB/PE 37.719

**CAROLINE LEITÃO**

OAB/PE 49.456